



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**LIGAÇÃO ENTRE A AJUDA DE EMERGÊNCIA, A
REABILITAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO.
O CASO DO HAITI.**

CRISTINA HARTUSCH CORONA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA JOANA PEREIRA LEITE

OUTUBRO - 2015

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the link between relief, rehabilitation and development (LRRD), intersecting this notion with the concepts of development and disaster. We used as a case study the earthquake in Haiti on 12 January of 2010. The main purpose is: to verify, if the LRRD has been used in the country's reconstruction process. In order to answer this question, a deep investigation and analysis were done, searching on the reports of the institutions that accompanied the reconstruction of the country. In the end of this research, we concluded, that even though the International community had the means to implement the LRRD in Haiti, this actions was unsuccessful.

Keywords: Relief; Development cooperation; Rehabilitation; Natural Disaster; Haiti.

RESUMO

A presente dissertação analisa a ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e os programas de desenvolvimento (LRRD), intersectando esta temática com os conceitos de desenvolvimento e desastre. Foi utilizado como caso de estudo, o sismo do Haiti a 12 de Janeiro de 2010. O objetivo principal da dissertação é: verificar se a LRRD tem sido utilizada no processo de reconstrução do país. De forma a responder a esta questão, foi realizada uma pesquisa documental abrangente, consultando os relatórios das instituições relevantes que acompanharam a reconstrução do país. Após a realização da investigação, podemos concluir, que mesmo existindo os meios necessários para a aplicação do LRRD pela comunidade internacional, esta não foi implementada.

Palavras-chave: Ajuda humanitária e de emergência; Cooperação para o desenvolvimento; Reabilitação; Desastre natural; Haiti

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar à minha orientadora, a Professora Doutora Joana Pereira Leite, pela ajuda prestada, a sua disponibilidade e as suas indicações durante todo o processo da dissertação.

Quero ainda agradecer a Nicole Caus, minha companheira durante todo o mestrado, por ter estado sempre ao meu lado, apoiando-me.

Gostaria também de deixar um grande agradecimento aos meus pais, pelo apoio incondicional que sempre me deram, às minhas Irmãs que sempre estão ao meu lado e a toda a família Filipe-Teixeira que me ajudou e sempre me deram forças para continuar.

E por último mas não menos importante, queria agradecer e reiterar a minha gratidão ao David Teixeira, por ajudar-me em TUDO, sem ele nada disto teria sido possível.

“Haití es un país invisible. (...) Vale la pena repetirlo una vez más, para que los sordos escuchen: Haití fue el país fundador de la independencia de América y el primero que derrotó la esclavitud en el mundo y merece mucho más que la notoriedad nacida de sus desgracias.”

Eduardo Galeano

“Haití y la respuesta latinoamericana – 2011”

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – Enquadramento teórico e Conceptual	3
1.Ligação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD) .	3
1.1.Diferença entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e a cooperação para o desenvolvimento	4
1.2. Origem e evolução da LRRD	6
1.3. Novo humanitarismo	7
1.4.Modelos da LRRD.....	9
I.Modelo <i>Continuum</i>	10
II.Modelo <i>Contiguum</i>	11
1.5. Criticas a LRRD.....	14
2. Desastres e Desenvolvimento	16
2.1 . Gestão do risco de desastres e desenvolvimento sustentável.....	19
2.2. Desastres como perda de Direitos: do desenvolvimento ao Desenvolvimento Humano.....	23
CAPITULO 2 - O caso do sismo no Haiti.....	25
1. Ajuda humanitária e de emergência após o sismo	27
2. Reabilitação: Recuperação e Reconstrução	29
3. Impactos no Desenvolvimento Humano	31
4. Haiti 5 anos depois	33
5. A LRRD no caso do Haiti	35
CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	40

INTRODUÇÃO

A ajuda humanitária e de emergência (AHE) e os programas de desenvolvimento, são considerados atividades independentes, cada um com as suas características e objetivos específicos. O enfoque LRRD¹ tem a intenção de unir estas duas etapas por forma a que de tal ação resultem benefícios mútuos, fazendo com que a gestão de catástrofes seja mais efetiva e promova um modelo de desenvolvimento sustentável no tempo.

O Haiti foi escolhido como caso de estudo por várias razões. Em primeiro lugar, o sismo foi um dos maiores desastres naturais da história recente. Em segundo lugar o Haiti é o país mais pobre da América Latina e, por último, sofre constantes desastres naturais (a avaliar pelo Ciclone Tropical Erika, que afetou o Haiti no dia 28 de Agosto de 2015, provocando 5 mortos). Isto faz com que seja um dos casos mais significativos em relação à LRRD.

O objetivo desta dissertação é analisar a ligação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD) bem como as temáticas transversais a ele associadas, utilizando como estudo de caso o sismo ocorrido no Haiti a 12 de Janeiro de 2010. Para isso, será descrito o impacto do sismo, enfatizando as condições prévias ao acontecimento, a ajuda internacional recebida após o desastre e a partir da análise da conjuntura atual do país, **verificar-se-á se, a LRRD tem sido utilizada no processo de reconstrução do país.** Para alcançar o objetivo, estabeleceram-se as seguintes perguntas de partida: *“Existe suficiente suporte teórico para que a aplicação da LRRD*

¹ LRRD é a abreviatura em inglês para a Ligação entre Emergência, Reabilitação e Desenvolvimento (Linking Relief, Rehabilitation and Development) e será utilizada no texto em substituição da designação completa em português.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

seja possível?, “Foi utilizado algum dos modelos da LRRD na afetação da ajuda internacional após o sismo do Haiti?”, “Porque razão o caso do Haiti teve extremas dificuldades em realizar a LRRD?”, “Quais as consequências da inexistência da LRRD?”

A metodologia utilizada nesta dissertação teve como base a pesquisa documental abrangente. A análise foi desenvolvida a partir da recolha e seleção de fontes escritas de múltipla proveniência disponíveis sobre o assunto. A realização do enquadramento teórico e conceptual socorreu-se da literatura de referência sobre a matéria. Para a elaboração do estudo de caso, foram consultados os relatórios das diferentes instituições (Organizações internacionais e ONGDs) presentes no país, documentos emitidos pelo governo haitiano, bases de dados estatísticas, artigos de opinião e registos cinematográficos sob a forma de documentários. A maior parte dos documentos encontram-se “online” e os resultados obtidos foram tratados, e, posteriormente explicados.

A dissertação estrutura-se em dois capítulos. O primeiro é consagrado ao enquadramento teórico e conceptual. Este capítulo divide-se em duas partes principais: a primeira, trata a LRRD, apresentando a origem e evolução do conceito, os modelos existentes e as críticas. A segunda parte, aborda a relação entre os desastres e o desenvolvimento, as questões transversais a esta relação, a gestão do risco de desastres, e atende ainda aos conceitos de *desenvolvimento sustentável* e *desenvolvimento humano*. O segundo capítulo centra-se no caso do sismo do Haiti, analisando o contexto do país antes do sismo, as consequências do desastre, a incidência da AHE, a reabilitação, e os impactes no desenvolvimento humano. Debruça-se ainda sobre a situação do Haiti na atualidade, 5 anos decorridos após o sismo, e avalia, por último, os

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

resultados da aplicação da LRRD nesse contexto. No final, são apresentadas as conclusões.

As principais dificuldades e limitações prendem-se com a própria natureza e complexidade do caso em estudo. Com efeito, o sismo teve um grande impacto internacionalmente, provocando a produção e difusão excessivas de informação em páginas não credenciadas. Tal gerou informação incompleta, incoerente, desconexa e muitas vezes confusa, condicionando a tarefa de seleção adequada dos dados.

CAPÍTULO 1 – Enquadramento teórico e Conceptual

1. Ligação entre a ajuda de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD)

A concepção tradicional tem definido três fases na cooperação internacional, as quais estão claramente diferenciadas, a ajuda humanitária e de emergência (AHE), a reabilitação e a cooperação para o desenvolvimento. Desde os anos 80 a relação entre a ajuda de emergência e a cooperação para o desenvolvimento tem sido motivo de debate, tanto no âmbito académico como na prática, pondo em discussão a sua pertinência e o modo de aplicação.

O objetivo principal da LRRD é que a AHE pode desenhar-se e executar-se de tal forma que contribuía ao desenvolvimento futuro, enquanto que, as intervenções de cooperação para o desenvolvimento podem orientar-se para minimizar o risco de futuras situações de crise, dando prioridade aos sectores mais vulneráveis e reforçando as suas capacidades e meios de sustentação. A reabilitação pode servir de ponte entre estas duas

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

formas de atuação, por outras palavras devem reforçar-se e complementar-se mutuamente para que os benefícios sejam reais. Existem dois modelos que procuram criar esta ligação, o modelo *continuum* que estrutura as crises em quatro segmentos sequenciais, e o modelo *contiguum*, que liga as três fases da cooperação internacional, integrando-as.

1.1. Diferença entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e a cooperação para o desenvolvimento

“A AHE e a cooperação para o desenvolvimento têm sido, e continuam a ser diferentes em muitos aspectos: origem histórica, objetivos, marcos temporais, princípios éticos, planificação e gestão, procedimentos de trabalho, relação doador-receptor, linhas de financiamento, perfil dos profissionais, etc.

(Marcos, et al., 2010:17).

Desta maneira, a ajuda internacional foi concebida tradicionalmente com base em três etapas claramente marcadas.

- **Ajuda humanitária e de emergência:** Tem como objectivo principal salvar vidas, aliviando o sofrimento instantâneo, assegurando a sua subsistência, protegendo os seus direitos fundamentais e mantendo a dignidade humana em situações de desastre humano ou catástrofes naturais. São intervenções a curto prazo (menos de 6 meses). *“Existem quatro princípios que guiam a ajuda de emergência: a humanidade; a imparcialidade, a neutralidade e a independência”* (Freitas, 2012:17). As práticas de solidariedade e ajuda aos necessitados encontram-se em praticamente todas as culturas e religiões em forma de caridade, misericórdia, etc. A origem oficial do humanitarismo moderno remonta aos finais do século XIX, tendo como referência a obra *“A memory of Solferino”* da autoria de Henri Dunant, trágica memória da batalha

franco-austríaca de 1859, marco da guerra pela independência italiana. A publicação deste livro deu origem à criação de uma instituição que mais tarde seria conhecida, como o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) e da adoção de uma série de Tratados Internacionais, dando assim origem ao Direito Internacional Humanitário.

- **Reabilitação:** É a etapa que pretende ligar coerentemente a AHE e as ações de cooperação para o desenvolvimento e são intervenções de médio curto prazo (de 6 meses até dois anos). É importante referir, que sendo a etapa que faz de ligação, partilhe objetivos e atividades com as outras duas etapas, dando lugar em algumas ocasiões a operações descoordenados. Tem como objectivo principal reconstruir as condições previamente existentes (infraestruturas, economia, serviços, etc.) (Armiño K. P., Rehabilitación). Devido a ser a etapa intermedia e não ter limites bem definidos, a reabilitação tem sofrido um certo esquecimento político e institucional, originando problemas de falta de financiamento destas operações.

- **Cooperação para o desenvolvimento:** Têm o objetivo de melhorar de forma duradoura as condições de vida das populações no seu conjunto. São intervenções de longo prazo. Uma definição clássica deste conceito é:

“Conjunto de ações, realizadas por atores públicos e privados, entre países com ganhos diferentes e com o propósito de promover o progresso económico e social dos países do sul, de forma a que seja mais equilibrado e sustentável em relação aos países do norte”

(Galán & Perales, 1999:17).

Mas para determinar com mais precisão, o conceito de cooperação para o desenvolvimento é importante especificar a evolução do conceito de “desenvolvimento”, dado que este tem de ser definido de uma maneira temporal.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

O objectivo do “desenvolvimento” tem variado as suas prioridades, desde os anos 50, passando por diferentes etapas que têm mudado as abordagens, as metodologias e os atores. De uma forma resumida, os paradigmas mais importantes têm sido: a) crescimento económico (industrialização e produção), b) satisfação das necessidades básicas c) desenvolvimento das capacidades humanas (desenvolvimento humano), d) desenvolvimento sustentável, e) o empoderamento das mulheres.

1.2. Origem e evolução da LRRD

Como já tínhamos expressado anteriormente, a tradicional divisão começou a ser questionada nos anos 80, impulsionado pelas graves crises alimentares na África Subsaariana durante esta década, onde a ajuda de emergência foi meramente paliativa e não melhorou a situação da população.

Outro dos impulsos que incentivou este debate foi a publicação do livro “*Rising from the ashes*”, de Anderson e Woodrow. A ideia principal deste livro é que não existem intervenções que sejam neutras, dado que estas sempre afetam positiva ou negativamente o processo do desenvolvimento.

O grande crescimento que a AHE conheceu em finais da década dos anos 80, fez com que as questões “humanitárias” tenham um papel considerável nas sociedades, nos meios de comunicação e na política internacional. As causas deste auge, podem resumir-se sinteticamente em: a) aumento significativo no número de desastres e no seu impacto nas populações mais vulneráveis; b) mudanças nas tipologias dos conflitos violentos e persistência de “emergências complexas”; c) aumento da consciência da cidadania e da solidariedade; d) apoio público a estas questões expressado em números

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

record de captação de fundos provenientes dos cidadãos após um desastre natural; e) maior “visibilidade” das questões humanitárias em relação à cooperação para o desenvolvimento; f) “cansaço” das políticas de cooperação para o desenvolvimento, e procura de ações que proporcionem um resultado imediato; g) utilização da AHE como um “mínimo denominador comum” na resposta internacional às crises. (Benavides, 2009)

Nos anos 90, com a chegada do chamado “Novo humanitarismo”, este debate ganhou mais importância. No entanto, esta nova concepção da ajuda humanitária e de emergência apresenta grandes diferenças face ao “Humanitarismo clássico” que se estabelece nas normas e princípios expressados no Direito Internacional Humanitário (DIH). O “Novo humanitarismo” converteu-se assim na teoria predominante nesta década, com o apoio dos governos, dos doadores multilaterais, das ONGDs e dos académicos.

1.3. Novo humanitarismo

O novo humanitarismo, também chamado “humanitarismo orientado para objetivos” ou “ajuda humanitária desenvolvimentista”, foi reforçada por dois fatores principais. Em primeiro lugar, o genocídio de 1994 no Ruanda, teve graves consequências na prática humanitária, sendo esta acusada de ter um impacto paliativo e não sustentável, de ser ineficiente, de contribuir para a perturbação e o agravamento do conflito. Em segundo lugar, encontra-se a mudança geopolítica derivada do fim da Guerra Fria, que transformou a natureza das crises humanitárias e deu lugar às chamadas “emergências complexas”.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

Devido a estas mudanças, o chamado “humanitarismo clássico” começa a ser questionado, tanto que os objetivos tradicionais da AHE são vistos como paliativos e insuficientes. Argumenta-se então que a AHE deveria ir mais longe e promover “*a construção da paz, a defesa dos Direitos Humanos, e, sobretudo, o desenvolvimento, objetivo que estimulou o debate da LRRD*” (Marcos, et al., 2010:19)

Devido a esta mudança, a AHE passa a ter diferentes características, as quais se podem observar de uma maneira sintética no quadro seguinte:

Tabela I – Diferenças entre o Humanitarismo clássico e o Novo humanitarismo

Humanitarismo clássico	Novo humanitarismo
Objetivo limitado e de curto prazo.	Objetivo abrangente e de longo prazo.
Objetivo: salvar vidas e aliviar o sofrimento.	Objetivo: promover a paz e o desenvolvimento.
Assistencialista; provisão de bens e serviços para a subsistência.	Proteção, defesa dos direitos humanos, gestão de risco para a prevenção e mitigação de desastres, prevenção de conflitos.
Apolítica e independente.	Motivação política, politicamente inteligente. Faz parte de uma estratégia política integral e coerente.
Orientada às pessoas (vítimas / danificados)	Orientada a apoiar os processos políticos e sociais
Ética deontológica - baseada no dever	Ética, teológica e consequencialista - baseada em fins e resultados
Marco ético definido <ul style="list-style-type: none"> • Imperativo humanitário • Direito das vítimas 	Marco ético flexível, em função da análise do contexto, resultados previsíveis e critérios políticos: <ul style="list-style-type: none"> • Quebra da obrigatoriedade • Quebra da ideia do direito universal
Baseada em princípios humanitários: Neutralidade, imparcialidade e independência	Baseada em critérios políticos: Neutralidade e imparcialidade questionada
Não condicionada	Condicionada
Independente	Controlada pelos governos e parcialmente militarizada

Fonte: (Pérez-Foguet, Rey Marcos, & de Currea-Lugo, 2006:25)

É importante destacar a relevância de algumas das mudanças, como por exemplo a que estipula que a ajuda já não será incondicional, mas sim sujeita a “condicionalismos humanitários”, de forma a que os países doadores da ajuda possam exigir determinados compromissos ou ações (mudanças políticas, maior respeito pelos direitos humanos, etc.), conduzindo mesmo à situação em que a ajuda poderia vir a ser negada. Associado a esta nova característica surge o princípio denominado “*do no harm*”. Tal significa que a ajuda não deve ser prestada desde que exista a possibilidade de que esta cause mais danos que benefícios. Verifica-se assim, como salientado anteriormente, o “novo humanitarismo” questiona os princípios humanitários. Com efeito, o condicionalismo da AHE é disso um claro exemplo, fazendo com que o princípio clássico da AHE, entendido enquanto direito universal a todos respeitando, seja violado.

A implementação das ideias do “novo humanitarismo” revestiu-se de grande complexidade e, segundo a opinião de muitos autores, tem facilitado a manipulação da ação humanitária por parte dos governos. É assim que, hoje em dia, mesmo alguns dos seus promotores já não suportam esta ideia, e retomaram a abordagem clássica, dando lugar a um processo que alguns chamaram “regresso aos fundamentos”. Importa contudo realçar que o “novo humanitarismo” fez da LRRD um dos seus principais objetivos.

1.4. Modelos da LRRD

A evolução deste debate tem-se inspirado em duas perspectivas diferentes, ainda que ambas partam do mesmo ponto em comum, ou seja, por um lado, a insatisfação existente face há drástica separação entre a AHE e a cooperação para o desenvolvimento e, por outro, a certeza de que a sua vinculação teria benefícios. Surge

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

assim, em primeiro lugar o modelo chamado “*continuum emergência-desenvolvimento*”, que foi o predominante desde meados dos anos 80 e, em segundo lugar, desde a primeira metade dos anos 90, o modelo *contiguuum*.

I. Modelo *Continuum*

Inicialmente a LRRD foi concebido como uma sequência *continuum*, uma sucessão cronológica linear de três fases, que vai desde a AHE através da reabilitação, até ao desenvolvimento. Cada uma destas fases começaria quando a anterior tivesse finalizado, como se pode observar na figura seguinte:

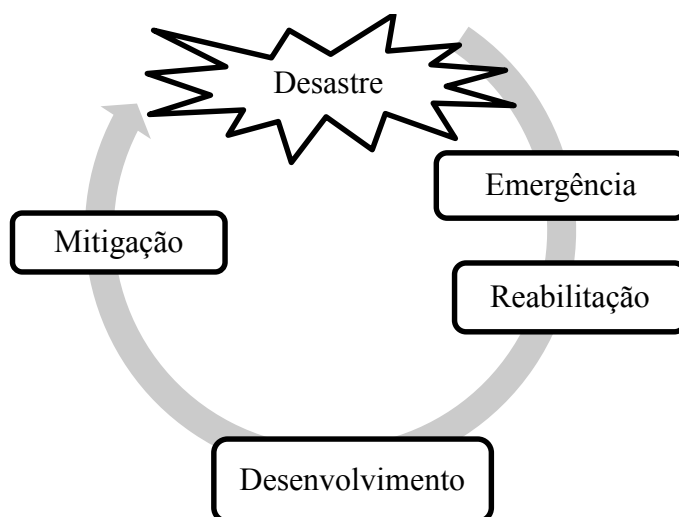


Figura 1 - Implementação do Modelo *Continuum* na LRRD

Fonte: (Armiño K. P., La vinculación ayuda humanitaria y cooperación al desarrollo. Objetivos, puesta en práctica y críticas, 2002:12)

O valor criado pelo modelo *continuum* é o objetivo de conseguir uma transição suave, harmoniosa e coordenada entre as diferentes fases. Segundo o Karlos Pérez de Armiño a solução para conseguir com êxito esta transição, seria uma coordenação adequada entre as diferentes organizações implicadas em cada uma das fases, em função da sua especialização, em contextos de emergência ou de desenvolvimento, como por exemplo o ACNUR e o PNUD respectivamente.

Esta coordenação deve servir para: a) facilitar a transferência de funções e responsabilidades de umas organizações a outras, conforme se vai ultrapassando a situação de emergência, possibilitando uma estratégia de saída dos atores humanitários; b) efetuar uma transição entre as fases a um ritmo equivalente ao da evolução da situação; e c) transferir a experiência e o conhecimento do local, adquiridos durante a emergência, em benefício da programação e execução das intervenções de reabilitação e desenvolvimento. (Marcos, et al., 2010: 21)

O conceito *continuum* significou à partida um grande avanço teórico, derivado da visão tecnocrática dos desastres. Mas, no início dos anos 90 começou a ser objeto de grandes críticas. Foi considerado como inadequado para os desastres com origem nos conflitos armados ou de emergências políticas complexas. Em tais contextos de emergência, a crise não pode ser interpretada com o modelo *continuum* (como sendo um ciclo temporal “antes-durante-depois” do desastre e volta à normalidade) já que é um problema sistemático e não pontual, tendo em conta que a maior parte das crises humanitárias atuais não são repentinas, se não recorrentes ou crónicas. Tratam-se de crises do sistema que revelam um fracasso do modelo de desenvolvimento e das relações Norte-Sul, que não tem sido capazes de gerar sociedades viáveis, nem minimamente equitativas ou integradoras (Ramet, 2012). Outra das críticas avançadas considera que este modelo responde tradicionalmente às prioridades dos financiadores.

II. Modelo *Contiguuum*

As críticas efetuadas ao modelo *continuum*, têm dado lugar a que nos anos 90 se tenha criado um novo modelo chamado “*contiguuum emergência-desenvolvimento*”, este modelo é atualmente aceite pelas organizações, instituições e no mundo académico. No

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

entanto, o modelo *continuum* continua a promover a aplicação prática da LRRD. (Mosel & Levine, 2014)

O modelo *contiguuum* vê a ligação entre a AHE, a reabilitação e a cooperação para o desenvolvimento como uma combinação simultânea, das diferentes formas de atuação, num marco global e utilizando uma estratégia integrada e coerente, com visão de futuro e orientada à redução da vulnerabilidade e ao incremento das capacidades. A solução, não é a coordenação dos diferentes níveis de intervenção, mas sim a sua integração. (Marcos, et al., 2010)

As diferentes formas de atuação executam-se sobrepostas no tempo, interrelacionando-se e reforçando-se, mas como têm diferentes objetivos, cada uma deve ter maior ou menor protagonismo em função do contexto. A figura seguinte mostra a visão estratégica de atuação, onde a composição da resposta e dos instrumentos de apoio, a curto e longo prazo, variam em função do contexto particular (do nível de vulnerabilidade existente). (Carballo, 2006)

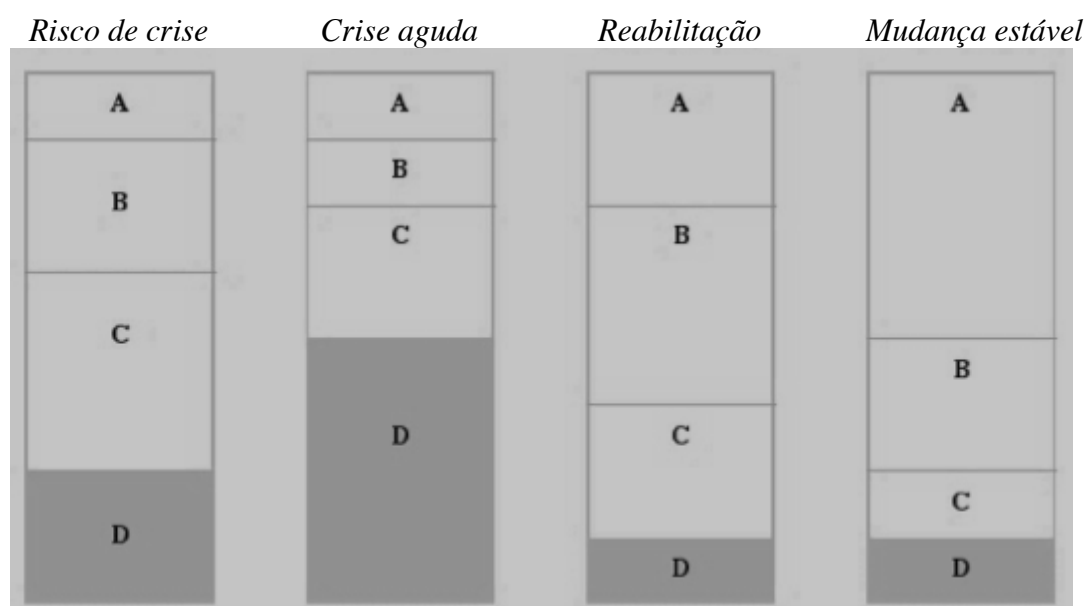


Figura 2 – Priorização nos tipos de intervenção segundo o Modelo *Contiguuum*
Fonte: (Marcos, et al., 2010:25)

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

- A:** Representa as intervenções de apoio ao reforço dos sistemas de sustentação, criação de um sistema sustentável de educação, saúde e bem-estar social, desenvolvimento das capacidades dos vulneráveis, proteção do meio ambiente e fortalecimento institucional.
- B:** Representa as intervenções de apoio a um desenvolvimento económico equitativo e reconstrução das infraestruturas, mudanças políticas orientadas para a democracia e a boa governação, desenvolvimento do tecido cívico e criação de condições de paz.
- C:** Representa as intervenções de apoio à preparação face a possíveis crises e reforço das capacidades e estratégias de ação da população.
- D:** Representa as intervenções de apoio à provisão de bens e serviços de emergência, reforço das estratégias para enfrentar localmente as ameaças, proteção dos direitos humanos das vítimas e incremento das capacidades vitais da população.

Também cabe destacar, que na combinação e sobreposição das formas de intervenção, tendo em conta as prioridades segundo a situação, existem três elementos que devem constituir a parte principal da cooperação para o desenvolvimento: a prevenção, a mitigação e a preparação perante desastres, como se pode ver na figura abaixo.

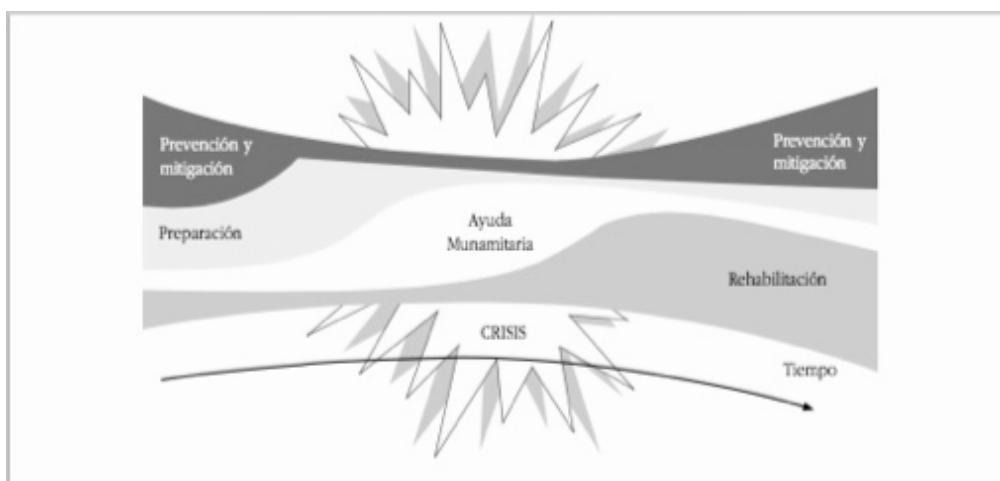


Figura 3 - Implementação da LRRD no Modelo *Contiguum*

Fonte: (Armiño K. P., La vinculación ayuda humanitaria cooperación al desarrollo. Objetivos, puesta en práctica y críticas, 2002:14)

Neste modelo de ligação, todas as etapas devem atingir dois objetivos transversais: em primeiro lugar, devem reduzir a vulnerabilidade das pessoas, famílias e comunidades, e em segundo lugar devem reforçar as suas capacidades materiais, sociais e psicológicas (recursos económicos, conhecimento, etc.), para assim aumentar o seu empoderamento.

1.5. Críticas a LRRD

A ligação emergência-desenvolvimento tem recebido numerosas críticas, e a maior parte delas são partilhadas com as críticas que tem recebido o “novo humanitarismo”, principalmente na sua aplicação aos conflitos armados e às emergências políticas complexas.

As críticas mais importantes são: a existência de um maior controlo das ONGDs por parte dos governos; a politização da AHE e o esquecimento dos princípios humanitários; AHE sobrecarregada de responsabilidades e vista como substituta da ação política; o facto de se transformar na promoção do desenvolvimento neoliberal; não era aplicável nas emergências políticas complexas; o que leva à interrogação da ajuda como instrumento de paz; e, por último, a sua difícil aplicação nos estados frágeis ou falidos.

Também é importante referir que para que esta ligação seja possível, a AHE deve procurar aproximar-se dos objetivos da cooperação para o desenvolvimento e vice-versa, tendo isto implicações de formulação e da operacionalização das ações. Para isto, entende-se que a AHE deve cumprir uma série de requisitos, de forma a não ser simplesmente assistencialista e paliativa. Os requisitos necessários são os seguintes: a) análises do contexto específico: tendo em conta as capacidades e vulnerabilidades dos locais, o que implica uma gestão do risco dos desastres; b) devem ter em conta a

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

afirmação “*do no harm*”; c) deve existir uma combinação das necessidades imediatas e do desenvolvimento futuro; d) reforço dos serviços e infraestruturas; e) dar capacidades às estruturas locais; f) sustentar as formas de vida da população; g) aproveitamento e reforço das capacidades da população; h) prestação de contas à população local; entre muitas outras. Por outro lado, e no que respeita à cooperação para o desenvolvimento, considera-se pertinente a introdução de certas mudanças direcionadas para a redução do risco de desastres. Nesse sentido, assinala-se que as políticas e programas devem: a) priorizar os grupos e zonas vulneráveis; b) integrar a redução de riscos e a gestão de desastres; c) a preparação para os desastres; d) a mitigação dos desastres; e) prevenção de desastres.

Apesar destas questões, achamos que a LRRD é exequível e desejável, e que este modelo pode ser utilizado por atores e doadores de uma maneira responsável, sem ser necessário regressar ao “humanitarismo clássico”, já que esta visão de ligação pode apresentar inúmeros ganhos para as populações.

No caso deste trabalho, teremos a oportunidade de observar que a aplicação da LRRD em contexto de desastres naturais traria grandes benefícios à população. É importante realçar que os desastres naturais costumam ser o tipo de crise mais simples na hora de aplicar o modelo LRRD. Oferecendo desta maneira uma transição linear, coordenada e gradual da AHE aos instrumentos normais de cooperação para o desenvolvimento.

A visão da LRRD através do modelo *contiguuum*, inclui a gestão de riscos de desastres, tendo em conta, a relação entre os desastres e o desenvolvimento, como nos será dado a ver, nos parágrafos seguintes deste trabalho, e que se encontram acautelados

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

no Comunicado do Parlamento Europeu (Ramet, 2012). Neste é recomendado que a aplicação da LRRD em desastres naturais, deve por toda a atenção na preparação e prevenção de desastres, tanto na AHE como nos programas e estratégias da cooperação para o desenvolvimento.

2. Desastres e Desenvolvimento

A relação entre desastre e desenvolvimento advém da convicção de que estes dois conceitos devem estar na mesma agenda, dado que o correto desenvolvimento reduz os desastres.

Não existe uma definição precisa sobre o conceito de desastre, mais existe um amplo consenso de que um desastre é um acontecimento que as populações não podem enfrentar com as suas capacidades. Esta definição consensual do conceito, é utilizada para o estudo das tendências dos desastres e para a própria contagem. Nos últimos 40 anos têm aumentado um 270% o número de desastres naturais (EM-DAT The International Disaster Database)

Como refere o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) do ano 2014, os desastres naturais afetam mais de 200 milhões de pessoas cada ano, e a maior parte delas acontecem em países em desenvolvimento, como se pode observar no gráfico acima. Os continentes mais afetados são África, América e Ásia. O número de pessoas afetadas ou vítimas pode ser visto como um indicador das repercussões dos desastres.

As perdas económicas produzidas pelos desastres estão a aumentar em todo o mundo, devido a diversos fatores, tais como: a) Eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, associados a uma crescente variabilidade das mudanças climáticas; b) sistemas de produção agrícola que aumentam o risco; c) crescimento demográfico

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

combinado com mudanças e movimentos demográficos levam, a uma urbanização não planificada, uma crescente procura de alimentos, bens e serviços industriais; e d) uma crescente pressão sobre os recursos naturais (e sobre-exploração dos mesmos). (Bass, Ramasamy, Dey de Pryck, & Battista, 2009)

Devido a este aumento significativo no número de desastres naturais, observa-se um aumento nos estudos relacionados com o tópico, mas na prática não se verificam mudanças significativas.

Um desastre é:

“uma grave perturbação do funcionamento de uma comunidade ou uma sociedade, que causa grandes perdas humanas, materiais ou impactos ambientais, que ultrapassam a capacidade da comunidade ou sociedade afectada de lidar com os recursos próprios”

(UNISDR, 2007).

De uma maneira concisa, poderíamos dizer que existem três tipos de desastres, segundo a sua origem. Os desastres naturais (i.e. considerando todos os aspectos do ambiente físico que podem causar danos); os desastres causados pelo homem (i.e. conflitos bélicos caracterizados pela violência e o uso de armas); e os antropogénicos (i.e. desastres naturais provocados pelo homem, como por exemplo os incêndios provocados).

A maneira como são tratados os desastres, têm evoluído ao longo do tempo, e podemos destacar, de acordo com a literatura disponível, duas visões predominantes (Blaikie, 2002). Em primeiro lugar, temos a *visão tecnocrática*, dominante até a metade dos anos 80. Durante esta etapa os estudos tinham o objectivo de identificar as causas naturais e os impactos sociais que provocavam um desastre. Esta visão via os desastres naturais como uma interrupção excecional, imprevisível, inesperada, fora do controlo,

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

não sendo possível atuar na sua prevenção, pelo que não existia outra possibilidade se não centrar-se na redução das suas consequências. Em segundo lugar, encontramos a *visão da economia política* que sublinhava a importância das razões sociais pelas quais as pessoas são susceptíveis a estes eventos naturais. Tal como o próprio Blaikie indica, esta visão tem claras vantagens políticas e morais. Em primeiro lugar porque os eventos deixam de ser visto como imprevisíveis, tendo em conta que eventos naturais, tais como terremotos, secas, ocorrem constantemente, e não teriam que ser classificados como desastres. Em segundo lugar, porque as vítimas começariam a ser vistas como atores participantes e não como vítimas indefesas.

Neste momento é pertinente explicar, que embora os conceitos de desastre e de catástrofe (*hazard*) são usualmente utilizados indistintamente, mas estes têm diferentes significados. Uma catástrofe pode ser definida como um “*evento extremo, de origem natural ou humana, que ao afectar um lugar num momento preciso, pode causar danos e perturbações que desencadeiem um processo de desastre*” (Armiño K. P., Catástrofe). Pelo que a catástrofe é o evento natural ou humano, e o desastre são as consequências humanas, sociais e económicas que este tem na população afectada. As consequências do desastre variam segundo o nível de vulnerabilidade preexistente – quando uma comunidade não tem as capacidades necessárias para executar as suas estratégias de enfrentamento (*coping strategies*). Esta afirmação, pode resumir-se na seguinte fórmula:

$$\text{Desastre} = \text{vulnerabilidade} + \text{catástrofe} - \text{estratégias de enfrentamento}$$

Os desastres combinam todos estes factores, e o seu impacto é determinado pela intensidade do evento natural, dependendo do nível de vulnerabilidade preexistente.

O conceito de vulnerabilidade ganha importância nesta visão, já que esta deve ser reduzida através de planos de prevenção e de mitigação de desastres. “*Este conceito*

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

pretende operacionalizar o nível e o tipo de susceptibilidade aos diferentes eventos naturais” (Blaikie, 2002:300).

Entende-se que a vulnerabilidade são as:

“características de uma pessoa ou grupo em relação à sua capacidade de antecipar, de lidar com, resistir, e recuperar-se do impacto de uma catástrofe natural. Envolve uma combinação de fatores que determinam o grau em que a vida de alguém, os meios de subsistência, as propriedades e outros ativos são colocados em risco, por um evento identificável (ou série de eventos) já seja de origem natural ou humana”

(Ben Wisner, 2003:11).

É importante referir que a vulnerabilidade é uma condição estática que as pessoas tem em condições normais (pré-desastre), mas que não se põe em prática antes que exista um desastre.

Como tínhamos referido anteriormente, uma catástrofe não tem que conduzir necessariamente a um desastre, tendo em conta que os eventos naturais afetam de diferente maneira cada pessoa, tendo em conta as suas capacidades, sendo as capacidades, os recursos que tem para fazer frente a uma ameaça ou perigo.

A vulnerabilidade quase sempre está associada à pobreza. O nível de vulnerabilidade de uma pessoa ou comunidade, varia em função do seu grupo social, do seu género, origem étnico ou identidade, idade e outros fatores económicos, sociais e políticos.

2.1 . Gestão do risco de desastres e desenvolvimento sustentável

Como tínhamos referido anteriormente verifica-se uma tendência positiva dos desastres, tanto em número como em consequências (i.e. económicas, sociais, número de vítimas, etc.). Devido a esta crescente tendência cria-se o termo “sociedade de risco”, que pretende deixar presente que existem diversas tipologias de ameaças, que os riscos

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

podem ter diferentes características e que devido aos anteriores factores a vulnerabilidade da população aumenta.

No ano 2002, publica-se o relatório das Nações Unidas e da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução dos Desastres (UNISDR) intitulado “Viver com o risco” onde se punha em evidência esta realidade. A lógica do relatório era clara: dado que os riscos potenciais têm aumentado e a sua eliminação é impossível, devemos fazer face ao problema e preparar-nos para enfrentá-lo desde a óptica da prevenção, definindo as ameaças e os meios necessários para combatê-los.

O marco conceptual da GRD, distingue as diferentes fases de gestão do ciclo de gestão de desastres (pré-desastre, resposta, pós-desastre). Embora estas etapas tenham objetivos diferenciados observa-se, frequentemente, uma sobreposição e intercalação de atividades, com o objetivo de reduzir os fatores subjacentes ao risco, e preparar o início de uma resposta imediata, quando o desastre venha a acontecer (Bass, Ramasamy, Dey de Pryck, & Battista, 2009). Estas etapas são consideradas “desenvolvimentistas” já que utilizam os conhecimentos gerados por desastres passados para melhorar a prevenção e AHE para desastres futuros (Collins, 2009:27).

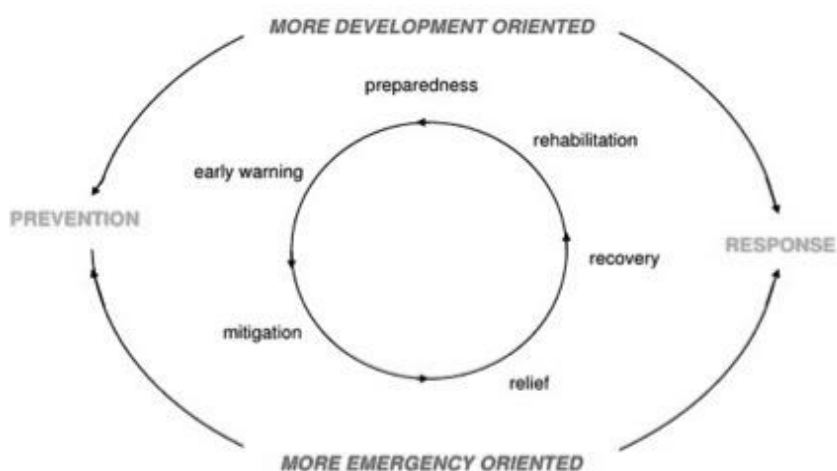


Figura 4 - Ciclo da gestão de desastres e o desenvolvimento
Fonte: (Collins, 2009: 27)

A prevenção de desastres, pode ser vista de uma maneira simplista como “*não estar no lugar errado, no momento errado e sem uma proteção adequada*”. (Collins, 2009: 205). Estas medidas têm o objetivo de evitar os desastres. Em primeiro lugar, esta estratégia deve basear-se na redução da vulnerabilidade socioeconómica, dos sectores pobres e excluídos da população, já que este sector é normalmente o mais afetado. Em segundo lugar, a prevenção deve minimizar o risco e, para isto, devemos ter em conta as ações do homem que o influenciam negativamente (i.e. desflorestação, etc.). Também é importante referir que as ações de prevenção de desastres geram benefícios económicos a longo prazo, visto que o custo da reconstrução é maior (AHE, recuperação e reabilitação).

“De facto está comprovado que as ações de GRD tem um rácio de custo-benefício de 7 e são mais efetivas do que a reconstrução, por exemplo, por cada \$1 gasto em DRR são poupados \$7 em despesas de reconstrução de possíveis desastres”

(Agency for Technical Cooperation and Development, 2013:6)

A preparação para os desastres, são os diversos mecanismos e medidas de recolha de informação e de operação, que têm o objetivo de prever os desastres e minimizar os danos humanos/materiais que este possa produzir, facilitando também as intervenções de reabilitação. Esta etapa pretende aliviar vários problemas habituais nos contextos de emergência, como são, a falta de tempo para planificar e atuar, e o caos organizativo, incluindo a criação de mecanismos, tais como ‘*early warning systems*’, planos de contingência civil, mapas de vulnerabilidade e preparação do pessoal.

O impacto de um evento é mitigado através da prevenção e preparação para os desastres, que é a junção de ter: a informação correta, a vontade política, a capacidade e os recursos necessários. As ações de mitigação são vistas de duas maneiras, podem ser consideradas como as ações levadas a cabo no momento em que se gere um desastre

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

concreto, ou também, são vistas como um conceito que engloba todas as ações realizadas que pretendem minimizar o impacto dos desastres em qualquer momento do ciclo de gestão de desastres, esta última é a visão das Nações Unidas.

A resposta ao desastre/AHE são as ações que pretendem combater o desastre e oferecer assistência às pessoas afetadas. Nesta etapa do ciclo de gestão de desastres, é importante referir os esforços que têm feito os diferentes atores, para garantir os níveis mínimos que devem ser esperados na resposta aos desastres. Um claro exemplo deste esforço é o *Sphere Project*. A Carta Humanitária do *Sphere Project* refere três princípios básicos e apresenta um guia para classificar os níveis mínimos esperados na AHE pós-desastre. (Sphere Project, 2011)

Por último, encontramos a reconstrução e a reabilitação, dois processos longos, que podem servir como base para o desenvolvimento futuro e, são considerados como o melhor momento para criar estratégias de mitigação dos desastres. Uma estratégia ideal seria aquela que mitiga os perigos, as vulnerabilidades e os riscos, e aumenta a proteção, a resiliência, a adaptação e a segurança.

Todas as etapas do ciclo de gestão de desastres requerem soluções de desenvolvimento sustentável (i.e. “o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”) (Gutiérrez., Desarrollo Sostenible). O desenvolvimento sustentável deve estar presente, porque a redução do risco de desastres (RRD) depende diretamente do contexto político, do desenvolvimento sustentável nos seus três aspetos (sociocultural, económico e ambiental), e que os atores conciliem efetivamente a gestão do risco dos desastres com o desenvolvimento sustentável.

2.2. Desastres como perda de Direitos: do desenvolvimento ao Desenvolvimento Humano

A abordagem do desenvolvimento humano é promovida anualmente através dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), e publicados pelo PNUD desde 1990, por iniciativa de Mahbub ul-Haq , com o único objetivo de situar as pessoas no centro do processo de desenvolvimento. A criação destes relatórios, vem acompanhada do estabelecimento de um novo instrumento para a medição do Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH apresenta uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, indicador que considera apenas a dimensão económica do desenvolvimento. A medição do IDH é baseada em três pilares: saúde (esperança de vida), educação e PIB.

Os RDH inspiram-se no quadro conceptual (*capability approach*) de Amartya Sen, que consagra as capacidades / possibilidades (*capabilities*) e realizações (*functionings*) humanas na análise do desenvolvimento. Estes relatórios tinham o propósito de alterar a concepção do desenvolvimento que atribuía o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pelos salários que esta pode gerar, para uma abordagem de desenvolvimento humano que procurava olhar diretamente para as pessoas (i.e. as suas capacidades e oportunidades).

Segundo Sakiko Fukuda-Parr, A. Sen definia o Desenvolvimento Humano “*como um processo de expansão das escolhas dos indivíduos – em outras palavras, Realizações e capacidades / possibilidades para funcionar, tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na sua vida*” (Fukuda-Parr, 2003:2). As capacidades são vistas como os recursos que uma comunidade tem, estas permitem a comunidade desenvolver-se e enfrentar as adversidades. Deste modo, o desenvolvimento é a capacidade de superar

obstáculos que impedem os indivíduos de serem ou executarem funções necessárias para uma vida digna.

Esta abordagem diferencia-se dos paradigmas antecessores em diversos aspectos. Entre as principais diferenças destacamos o critério utilizado para avaliar o progresso no desenvolvimento. A abordagem do desenvolvimento humano utiliza como marco as capacidades e possibilidades humanas, igualdade de resultados, justiça e equidade em arranjos institucionais. Já a abordagem neoliberal avalia o desenvolvimento pelo bem-estar económico, o crescimento económico e a eficiência. (Fukuda-Parr, 2003)

Os desastres naturais constituem um grave obstáculo ao desenvolvimento humano de uma comunidade, existindo uma dupla relação entre estes dois conceitos. Em primeiro lugar “*os desastres provocados por fenómenos naturais, põem em risco as vantagens que oferece o desenvolvimento humano*” (Parrotta, 2013:3). Por exemplo, no Relatório do Desenvolvimento Humano do ano 2014, os países que apresentaram melhorias no seu IDH (i.e. matéria de saúde e nutrição, educação, etc.), podem perder rapidamente os seus progressos, caso um desastre natural aconteça. Em segundo lugar, “*as decisões que tomam os indivíduos, comunidades e nações em matéria de desenvolvimento pode implicar uma distribuição desigual do risco de desastre*” (Parrotta, 2013:3). Isto indica, que os sectores mais pobres e excluídos da população (i.e. IDH baixo) são os mais afetados pelos desastres e por isso mais vulneráveis. Um índice elevado no Desenvolvimento humano de uma comunidade, faz com que as capacidades e funcionamentos da população aumentem. Gerando melhores estratégias de enfrentamento, criando capacidades para a prevenção e recuperação dos desastres, possibilitando que os eventos naturais tenham menor probabilidade de converter-se em desastres e permitindo às comunidades de lidar com as crises e auto-recuperar-se. Esta

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

relação fica esclarecida nesta afirmação, “*os países que registam um alto desenvolvimento humano, têm 15 % da população exposta, mas estes só sofrem 1.8 % das mortes causadas pelos desastres*” (PNUD, 2004:3).

CAPITULO 2 - O caso do sismo no Haiti

O caso empírico escolhido para esta dissertação foi o sismo do Haiti de 12 de Janeiro de 2010. Este caso aborda todas as problemáticas mencionadas no primeiro capítulo e expõe um exemplo de um desastre natural de grande magnitude. O caso do Haiti foi escolhido, devido a ser o exemplo mais significativo em relação à ligação entre a AHE, a reabilitação e a cooperação para o desenvolvimento (LRRD).

A República do Haiti, foi a primeira república liderada por pessoas de origem afro-americana no mundo e também o primeiro país independente da América central, libertando-se da colonização francesa no início do século XIX.

Não obstante, o Haiti é o país mais pobre do continente americano e um dos mais pobres do mundo. No Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) o Haiti encontrava-se na posição 149 de 182 (PNUD, 2009). Tal situação é consistente com a avaliação transmitida por outros indicadores mundiais segundo os quais o Haiti continua a apresentar uma posição pouco favorável para a sua população. É pois o que revela o *Índice de Percepção da Corrupção e “Estados Falidos”* (posição 129 de 141 (2009)); e o *Índice de Pobreza Humana* (IPH), (posição 97 de 135 (2009)); Para além do mais, num estudo realizado sobre a *sustentabilidade do meio ambiental* em 2004, o país ocupava a posição 141 de 155 (dado que 97% das florestas haitianas têm desaparecido nos últimos anos) e outros indicadores que apenas reforçam a mesma imagem (Cavaletto, 2012:37).

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

Tendo em consideração todos os dados descritos anteriormente, podemos considerar que o Haiti é um *Estado falhado e frágil*. Em consequência da anterior categorização, o Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2004, criou a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Esta missão tinha como objetivo pôr fim aos conflitos armados que, na sequência da grave crise interna, atingiam várias cidades do país conduzindo a que o Presidente Aristide se exilasse na África do Sul. A MINUSTAH tinha o mandato para promover a segurança, estabilização, governação e a realização de eleições democráticas (UN Peacekeeping).

Por seu turno, a mudança climática, a desflorestação, a topografia, a densidade populacional, a pobreza e a falta de estruturas públicas, faz com que o Haiti seja um país altamente vulnerável aos desastres naturais (i.e. ciclones tropicais, inundações, deslizamentos de terra, sismos, etc.). Com efeito, desde o início do século XXI tem o todo o território sido severamente atingido por múltiplos desastres naturais. Durante a primeira década ciclones tropicais e inundações aí provocaram mais de 18.000 mortos. Aproximadamente 80% da população (i.e. 8 milhões de pessoas) foi vítima de desastres naturais responsáveis por perdas económicas significativas e que afetaram negativamente o PIB do país. (European Commission Humanitarian Aid and Civil Protection DG (ECHO), 2010).

A ocorrência de múltiplos desastres naturais aliados às péssimas condições políticas/económicas do país (i.e. A sobrevivência do país apenas com a ajuda internacional recebida e a corrupção política) fez com que o Haiti não estivesse preparado para fazer face a desastres naturais de maior magnitude, como aconteceu no caso do sismo de 2010, cujos efeitos foram devastadores. Tratando-se e o país de um dos maiores receptores mundiais de ajuda para a gestão do risco de desastres (GRD), tal

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

só pode suscitar grande perplexidade. Com efeito a Comissão Europeia em 2009, antes do terramoto, investiu aproximadamente 8 milhões de euros no Haiti: 10% destinados à GRD, 30% à recuperação dos danos provocados pelas inundações e furações e 60% para a resolução das crises sociais. (European Commission Humanitarian Aid and Civil Protection DG (ECHO), 2010)

No dia 12 de Janeiro de 2010, o sismo de magnitude 7.3 na Escala de Richter afetou principalmente a capital do Haiti, Porto Príncipe e o sudoeste do país, encontrando-se o epicentro do sismo na cidade de Léogâne, aproximadamente a 25 Km a oeste da capital.

De acordo com as autoridades haitianas, as consequências foram devastadoras: 222.750 mortos, 300.572 feridos e mais de 1.7 milhões de pessoas que foram transferidas para abrigos. No total, o sismo teve consequências diretas para quase 4 milhões de pessoas (sabendo que a população total do Haiti é de 10 milhões). *“O sismo do Haiti obteve o quinto record em número de mortes provocadas por desastres naturais”* (Nhattacharjee & Lossio, 2011:72). As consequências materiais derivadas deste desastre foram, 105.000 casas destruídas e 208.000 casas com danos, obrigando a que 1.5 milhões de pessoas ficassem sem habitação. Foram destruídos 60% dos hospitais, 25% das escolas e 60% dos edifícios administrativos e de governo (incluindo o Palácio Presidencial). O impacto económico do sismo foi aproximadamente de 7.800.000.000 USD, o equivalente a 120% do PIB do Haiti em 2009. (Humanitarian Communication Group, 2011).

1. Ajuda humanitária e de emergência após o sismo

O sismo deixou o mundo chocado, fazendo com que imediatamente todos os mecanismo da AHE, se iniciassem (mais de 900 agencias internacionais responderam à

petição de ajuda), impulsionando uma mobilização mundial excepcional que tinha o objetivo primordial de salvar vidas. A AHE tem, teoricamente, uma duração de 6 meses, no nosso caso de Janeiro a Julho de 2010. Sendo que o governo do Haiti ampliou a situação de emergência até aos 18 meses (Junho de 2011) (Cavaletto, 2012:9). O governo do Haiti ficou gravemente prejudicado tanto a nível social como em infraestruturas, fazendo com que o governo só fosse capaz de administrar 1% do total da ajuda internacional (OSE, 2011:15), forçando as organizações internacionais e ONGDs a liderarem as operações.

A situação apresentava certas dificuldades específicas derivadas do contexto, que impediram a AHE de se hospedar de uma maneira simples. A primeira dificuldade encontrada foi a falta de preparação das organizações internacionais face a desastres com uma magnitude superior num meio urbano. Devido a isso, as organizações tiveram que enfrentar novos desafios como: a demolição dos edifícios afectados, a gestão dos resíduos, as reparações de emergência e as falhas dos meios de comunicação. As infraestruturas haitianas já estavam em deploráveis condições antes do sismo, mas após o sismo, o aeroporto e o porto ficaram extremamente danificados, e a grande parte das estradas ficaram bloqueadas ou danificadas, fazendo com que a ação da ajuda fosse limitada. Em segundo lugar, a concentração em Porto Príncipe da maior parte das sedes das instituições nacionais e internacionais dificultaram o trabalho e a coordenação, já que estas ficaram arrasadas após o sismo. A coordenação da AHE, teve dois atores principais: As Nações Unidas com o *Cluster System*, e as forças armadas dos Estados Unidos, os quais tinham o controlo do aeroporto. Cabe referir que estes dois não conseguiram cooperar, criando assim uma situação de “caos total”. (Inside Disaster, 2011)

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

O Haiti recebeu em total 3.518.529.838 USD para a AHE durante o ano 2010 (FTS, 2010). Esta quantia inclui a AHE dos doadores bilaterais e multilaterais, ONGDs, fundações e empresas privadas (incluindo os pedidos por ajuda). O 40% das doações foram fornecidas em bens e serviços, e o 60% foi fornecido como subvenções de projetos. (Grünwald & Renaudin, 2010)

As primeiras ações efectuadas pelas organizações foram: o envio de equipas de resgate urbano (*urban search and rescue teams*) e de proteção civil. De seguida as ações clássicas humanitárias que foram destinadas a projetos de abrigo provisional (26%); alimentação (22%); Água, Saneamento e Higiene (20%); Sanidade (17%); Coordenação e Logística (10%); e GRD (5%) (tal e como tínhamos referido na primeira parte do trabalho, a GRD deve estar presente em todas as etapas do ciclo de gestão de desastres) (Prevention Web, 2010). As organizações que responderam ao sismo tinham diferentes prioridades, fornecedores e estilos laborais, fazendo com que, teoricamente, cada uma se centrasse no seu âmbito. Infelizmente na prática, “*estas organizações competem por recursos e duplicam os esforços umas das outras, e, regra geral, atrapalham-se umas às outras*” (Inside Disaster, 2011)

Outro problema que o Haiti teve que combater, embora não seja consequência direta do sismo, foi a epidemia de cólera que começou em outubro do 2010, a qual, em apenas um ano, provocou aproximadamente 6.000 mortos e mais de 200.000 infetados.

2. Reabilitação: Recuperação e Reconstrução

A etapa da reabilitação tem o objetivo de recuperar o antigo estado do país antes do desastre. Teoricamente no Haiti, a etapa de reabilitação começou em Março de 2010. Devido à magnitude do desastre e à falta de coordenação entre os atores, “*muitos dos*

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

haitianos se perguntavam, seis meses ou um ano depois, se esta tinha realmente começado” (Cavaletto, 2012:106).

A 31 de Março de 2010, realizou-se na sede da ONU em Nova York, “*The International Donors Conference – Towards a New Future for Haiti*”. Os participantes foram: o governo do Haiti, 150 países doadores, organizações multilaterais, representantes da sociedade civil e ONGDs. Nesta conferência o governo do Haiti, apresentou o “*Action Plan for Recovery and Development of Haiti*”, onde se expunha as prioridades da reabilitação a curto/longo prazo, e as necessidades financeiras. Com este plano de ação, o governo do Haiti não pretendia recuperar o país conduzindo-o à situação anterior, mas sim “*abordar todas as áreas vulneráveis, de modo a que os caprichos da natureza ou catástrofes naturais nunca mais inflijam sofrimento, dano e perdas*” (Government of the Republic of haiti, 2010:5), noutras palavras, esta era uma oportunidade para o Haiti reconstruir melhor “*Build back better*”.

O “*Action Plan for Recovery and Development of Haiti*” identificou quatro áreas principais na reconstrução: 1) Reconstrução territorial: Reconstrução das áreas devastadas, criação de uma rede de transportes nacionais, desenvolvimento de centros regionais e renovação urbanística, planificação nacional e desenvolvimento local, preparação para a época de furacões e gestão do risco de desastres. 2) Reconstrução económica: recuperação e melhoria do sistema de produção agrícola, impulso do sector privado, acesso a eletricidade, impulso do turismo. 3) Reconstrução social: Abrigo para a população haitiana: temporal e permanente, criação de empregos de alta intensidade, proteção social, recuperação do sector cultural, educação: retorno a escola e construção de escolas, assistência médica, segurança alimentar e nutrição, água e saneamento. 4) Reconstrução institucional: reabilitação das instituições democráticas, relançando as

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

administrações centrais: salários, recolocação e equipamentos, Justiça e segurança.

Como podemos observar no gráfico, a reconstrução social, foi a área mais necessitada.

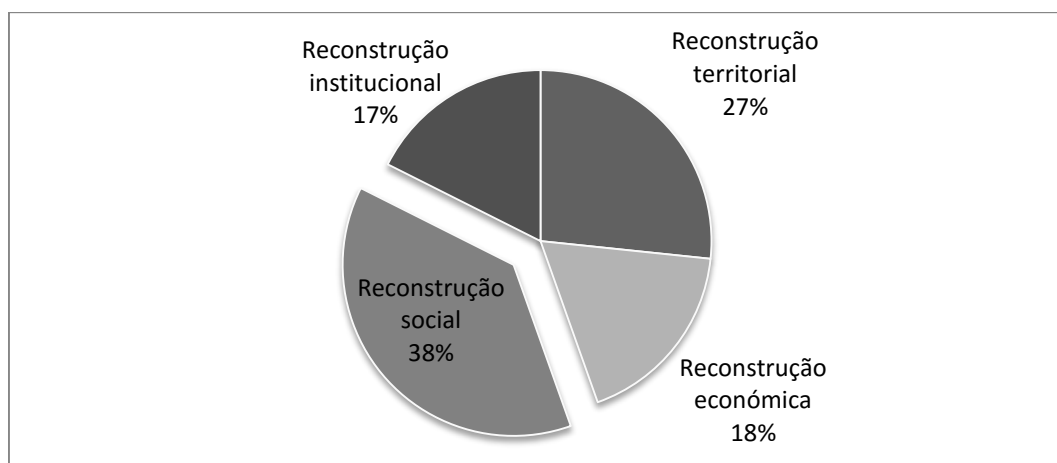


Figura 5 – Prioridades do “*Action Plan for Recovery and Development of Haiti*”, Segundo o sector.

Fonte: Elaboração própria com os dados do (Government of the Republic of haiti, 2010)

O processo de reabilitação tem sido no mínimo acidentado, dados os problemas da falta de transparência e corrupção existentes no governo. Isto gera dificuldades na justificação dos gastos pelas organizações internacionais, ONGDs, e projetos liderados pelo governo haitiano. O dinheiro foi gasto inadequadamente, ineficientemente e teve poucos resultados na reabilitação haitiana. Alguns *experts* afirmam que esta etapa apenas trará resultados dentro de 10 anos.

3. Impactos no Desenvolvimento Humano

Como referido no primeiro capítulo, os desastres naturais constituem um grave obstáculo ao desenvolvimento humano de uma comunidade. No caso específico do Haiti, podemos observar que este já partia de uma base precária antes do sismo, colocando-se na posição 149 de 182 (PNUD, 2009) do Índice de Desenvolvimento Humano do ano 2009. Embora fosse considerado um país com um IDH Médio, em 2010, após o sismo, o Haiti passou a ser um país com um IDH Baixo.

O IDH, é medido através da junção de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: rendimento (medido pelo Rendimento Nacional Bruto com base na paridade do Poder de Compra por habitante), educação (média de anos de estudo e anos esperados de escolaridade) e saúde (expectativa de vida ao nascer). Com base nos dados do RDH (2009, 2010, 2011, 2013, 2014), podemos verificar a seguinte afirmação: “*os desastres provocados por fenómenos naturais, põem em risco as vantagens que oferece o desenvolvimento humano*” (Parrotta, 2013:3). Na figura seguinte, podemos observar o efeito negativo que o sismo teve no desenvolvimento humano do país.

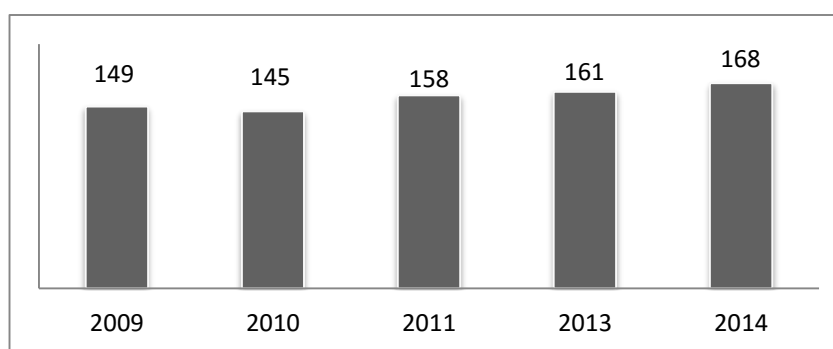


Figura 6 – Evolução da posição do Haiti no IDH

Fonte: Elaboração própria com os dados dos RDH (2009, 2010, 2011, 2013, 2014)

A tabela seguinte, representa a evolução do IDH (valor “um” representa o máximo e o valor “zero” o mínimo), nos seus diversos factores, antes do sismo e nos anos seguintes.

Tabela II – Evolução do Haiti no IDH e seus factores

	IDH (valor)	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade (anos)	Anos de escolaridade esperados (anos)	Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita
2009	0,532	61,0	--	--	1.155
2010	0,404	61,7	4,9	6,8	949
2011	0,454	62,1	4,9	7,6	1.123
2013	0,456	62,4	4,9	7,6	1.070
2014	0,471	63,1	4,9	7,6	1.636

Fonte: Elaboração própria com os dados do RDH (2009, 2010, 2011, 2013, 2014)

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

O sismo foi de facto responsável pela degradação do país termos do DH entre 2010-2014, como se observa pela estagnação dos indicadores sociais, a lenta recuperação do rendimento *per capita* a que se acrescenta a instabilidade política. Os níveis de pobreza após o sismo, ficaram no nível de 2001 (71% em pobreza moderada e 50% em situação de extrema pobreza). O sismo expôs e agravou todas as vulnerabilidades pré-existentes no país, e é um bom exemplo, de como o fracasso de um modelo de desenvolvimento é o verdadeiro responsável do desastre (Parrotta, 2013).

4. Haiti 5 anos depois

Atualmente, 5 anos após o desastre, podemos verificar que a evolução planeada para o Haiti, não foi concretizada. Um bom exemplo disso é a Catedral de Porto Príncipe que continua em ruínas, bem como a situação de degradação da cidade, tal como nos deixam ver os registos cinematográficos disponíveis. As ruínas do Palácio Nacional do Haiti, foram retiradas mas ainda não se realizou a reconstrução do mesmo.

O Haiti tem sido qualificado como a “República das ONGDs”, sendo este país ainda dependente da ajuda internacional em todas as suas formas. O país é ainda incapaz de promover o desenvolvimento necessário para melhorar a sua situação; neste momento, entre 270 e 1000 ONGDs trabalham na sua reconstrução. A quantidade de ajuda financeira recebida tem diminuído drasticamente nos últimos anos. Esta, é hoje desviada para atender a outras catástrofes humanas de grande magnitude, como no caso dramático da Síria.

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), na sua última atualização em Junho de 2015, contabilizou a existência de aproximadamente 45.000 deslocados,

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

correspondendo a sensivelmente 15.000 famílias (OIM, 2015). Oficialmente permanecem abertos 45 campos de deslocados, todos eles nas cidades envolventes de Porto Príncipe. Na capital observa-se uma situação de aparente normalidade que não corresponde de todo à realidade.

Após o terramoto, 1,7 milhões de pessoas ficaram sem abrigo, e, só um terço destas pessoas foram realojadas graças aos programas das organizações internacionais ou do governo. Uma das prioridades do governo e das organizações internacionais era *Build Back Better*, para isso, criaram-se numerosos projetos urbanísticos que teriam como objetivo o realojamento dos deslocados em bairros seguros e sustentáveis.

Na realidade, podemos observar, que se tem favorecido a construção de vivendas temporárias (shelters), as quais tem um custo de 3.500 USD e uma duração aproximada de 3 anos, sendo estas mais caras em comparação com uma vivenda permanente. Um grande número de casas que foram danificadas, continuaram a ser habitadas, sem algum tipo de proteção estatal ou organizativo. Atualmente existem programas de retorno para deslocados (liderados pela OIM, o governo haitiano e outros parceiros) que oferecem subsídios para o realojamento dos indivíduos (OIM, 2015). No entanto, devido à limitação dos subsídios, a população não conseguiu cobrir as despesas, dado que 58,5% da população vivia em extrema pobreza. (El Banco Mundial, 2015)

Outra das preocupações dos haitianos, tem sido os projetos de reconstrução das infraestruturas, encarados como uma oportunidade e emprego para a população e trabalho para as empresas haitianas. Atualmente podemos observar que tal não veio a acontecer dado que a maior parte dos contratos de obras foram adjudicados às empresas

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

estrangeiras, maioritariamente da República Dominicana. (Dumont, Bergeron, & Nommay, 2014)

Para além dos problemas e preocupações descritos anteriormente, o Haiti atualmente continua com uma taxa de desemprego elevada, falta de eletricidade e água potável, instabilidade política e uma situação socioeconómica péssima. Este panorama é lamentável, pois o Haiti recebeu no total 13,500,000,000 USD (esta quantia inclui a ajuda internacional recebida por parte das organizações bilaterais e multilaterais, ONGDs, empresas privadas, etc.) em forma de doações e promessas monetárias, para a sua recuperação. (Knox, 2015)

5. A LRRD no caso do Haiti

A inclusão da LRRD nas políticas da comunidade internacional humanitária, assenta desde o final dos anos 90, no modelo *continuum*, tal como consta do primeiro comunicado da Comissão Europeia “COM (1996), pp. 153-final.”. Em 2002 a Comissão Europeia reexaminou a LRRD e decidiu descontinuar o modelo *continuum* e utilizar o modelo *contiguuum*. Após esta decisão a maior parte das organizações bilaterais, multilaterais e ONGDs incluíram a LRRD nas suas políticas, passando do modelo *continuum* para o modelo *contiguuum*. O problema atual existente, não é a aceitação do novo modelo, mas sim a sua implementação na prática. (Marcos, et al., 2010)

No caso do Haiti, o planeamento realizado promovia a LRRD e a GRD como parte fundamental do processo de desenvolvimento e de recuperação. Por exemplo, podemos

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

observar na declaração da União Europeia, “*Haiti: A transição da ajuda de emergência para a recuperação*”:

“A resposta de emergência a longo prazo complementa as medidas estruturais destinadas a reconstruir as infraestruturas e os serviços sociais, melhorando simultaneamente a redução do risco de catástrofes e estabelecendo a ligação entre ajuda humanitária e desenvolvimento”

(Georgieva, 2014:12)

Outro dos grandes avanços no Haiti em matéria de inclusão da LRRD, fica visível com o “*Haiti, Transitional Appeal (TAP) 2015-2016*” promovido pelo Governo do Haiti, Nações Unidas e seus associados. Este, pretende obter 401.000.000 USD nos próximos dois anos. Esta apelação tem dois objetivos principais: em primeiro lugar reforçar a resiliência e as capacidades das pessoas, e em segundo lugar, pretende guiar o país a combater necessidades iminentes, abordando também aspectos relacionados com problemas crónicos. (UN Office of the Resident and Humanitarian Coordination, 2015)

Infelizmente, não foi utilizado na prática nenhum dos modelos da LRRD no sismo do Haiti. Na realidade, quando o quiseram incorporar já era demasiado tarde. O IA-RTE (H) (Inter-agency real time evaluation Haiti) sublinhou o que foi um dos erros mais significativos na resposta ao desastre: “*o escasso impacto da intervenção de emergência na recuperação, reconstrução e redução de desastres*” (Barreiro, 2012:20).

Como salientado no anterior capítulo, o modelo *continuum* apresenta deficiências na sua aplicação, quer nos conflitos armados quer em emergências políticas complexas. No entanto pensamos que, no caso em estudo (i.e. a do sismo), a sua aplicação teria tido melhores resultados, embora o Haiti fosse um estado falhado, com uma situação socioeconómica e política péssima. Entendemos que a aplicação do modelo *continuum*, teria sido suficiente para coordenar a evolução entre as fases e alocar os recursos

corretamente. O exemplo do Haiti permite-nos compreender que a LRRD deve ser aplicada desde o início do desastre e que as ações da AHE devem consagrar objetivos de desenvolvimento. Com todos estes dados, podemos inferir que se tal tivesse ocorrido o Haiti não estaria na situação calamitosa atual. A não aplicação da LRRD conduziu a que, 5 anos após a ocorrência do sismo, questões básicas de desenvolvimentos ainda continuem por resolver.

Um último aspecto que importa sublinhar prende-se com a importância que assume a GRD (gestão de risco de desenvolvimento) e necessidade de se atender a objectivos visando a sustentabilidade do desenvolvimento. Tais preocupações, caso não existam previamente, devem ser acauteladas desde a primeira fase da intervenção (i.e. a AHE) e assumem uma relevância vital, dado que o Haiti é constantemente ameaçado por desastres naturais. (PNUD, 2015)

CONCLUSÕES

Esta pesquisa permite constar que a implementação da LRRD, ainda que planificada não teve resultados na prática. Verificaram-se assim ações descoordenadas, desnecessárias, ineficazes e até disparatadas em alguns casos. A aplicação da LRRD é um processo político, envolvendo a presença várias entidades: a comunidade internacional, as instituições locais e a população, de cuja interação depende a sua influência positiva no processo de reconstrução.

Desde o início das ações de AHE era clara a consciência de que o país representava um enorme desafio para a ajuda internacional. Em primeiro lugar, as dificuldades relacionavam-se com a gestão e canalização dos recursos. Em segundo

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

lugar, a comunidade internacional deparou-se com a fragilidade das instituições haitianas, o que levou a que a coordenação entre o governo e os doadores internacionais constituísse uma dificuldade de peso.

O modelo de ajuda internacional utilizado no Haiti, tem recebido um grande número de críticas, e, após 5 anos, é possível observar o seu fracasso. As capacidades locais têm sido desvalorizadas durante todo o processo, resultando, numa escassa participação local. Aqui, como na maioria dos grandes desastres naturais, a influência da opinião pública internacional tem sido marcante, fazendo com que se crie uma obsessão pela visibilidade. Face a tal contexto, o cálculo incompleto e insuficiente das necessidades originou projetos visíveis para a comunidade internacional mas que não eram obrigatoriamente os mais necessários.

Um dos maiores problemas derivados do sismo, é a falta de habitação adequada, permanente e com acesso aos serviços básicos para toda a população. Para que isto seja possível, deveria existir uma planificação urbanística realista e sustentável, tendo sempre em conta a preparação e prevenção anterior aos desastres.

A situação atual do país não se pode justificar com problemas de financiamento, já que, parte do dinheiro concedido ainda não foi gasto. O problema reside na má gestão internacional, isto é, na falta de visão a longo prazo das organizações, falta de liderança nas atuações, o que resultou no fracasso da implementação da LRRD.

Esperamos que as eleições parlamentares do Haiti, realizadas no dia 9 de Agosto do 2015 (e que foram adiadas durante aproximadamente quatro anos), conduzam o país a uma situação de estabilidade política e institucional. Estariam assim criadas as condições indispensáveis para que o país adquirisse a capacidade para impor os seus

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

objetivos de desenvolvimento face aos interesses estrangeiros e deixando desta maneira de estar submergido num estado de ajuda internacional crónica.

Pensamos contudo que muitos dos problemas poderiam ser ultrapassados se nos planos internacionais o modelo *continnum* fosse implementado eficazmente, dando mais importância às escolhas locais. Entendemos que o modelo *continnum*, apesar de não ser o modelo teórico ideal (como é o *continguum*), seria suficiente para solucionar a problemática.

Para finalizar, seria interessante acompanhar a evolução do Haiti nos próximos anos a fim de se analisar os resultados dos planos intervenção atualmente em curso . Esta investigação poderia contribuir para uma maior eficácia das ações futuras de LRRD.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, M. M., & Fernandes, A. P. (2005). *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Revista FORUM DC.
- Agency for Technical Cooperation and Development. (2013). *Disaster Risk Management Strategy - Towards Resilient Communities*. Paris: ACTED.
- American Red Cross. (2011). *Haiti Earthquake Relief - One-Year Report*. Washington DC: ARC.
- Anderson, M., & Woodrow, P. J. (1998). *Rising from the Ashes: Development Strategies in Times of Disaster*. Paris: Westview Press-UNESCO.
- Aristizábal, A. B., Tormo, C. C., Fernández, I. C., Gómez-Torres, M., Aguilar, L. J., Balbuena, M. J., et al. (2010). *La cooperación internacional para el desarrollo*. Valencia: Editorial de la Universitat Politècnica de València.
- Armiño, K. P. (s.d.). *Vinculación emergencia-desarrollo*. Obtido em 15 de 05 de 2015, de Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo:
<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/226>
- Armiño, K. P. (s.d.). *Catástrofe*. Obtido em 25 de 05 de 2015, de Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo :
<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/30>
- Armiño, K. P. (s.d.). *Gestión de desastres*. Obtido em 18 de 06 de 2015, de Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo:
<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/119>
- Armiño, K. P. (2002). *La vinculaciòn ayuda humanitariaçcooperaciòn al desarrollo. Objetivos, puesta en pràctica y críticas*. Bilbao: Cuadernos de Trabajo de Hegoa.
- Armiño, K. P. (2002). *Linking Relief, Rehabilitation, and Development in the Framework of "New Humanitarianism"*. Brussels: European Commission.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

Armiño, K. P. (s.d.). *Rehabilitación*. Obtido em 14 de 06 de 2015, de Dicionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo:

www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/188

Barreiro, D. A. (2012). *Desde el tsunami del Índico hasta el terremoto de Haití: aciertos, fallos y lecciones aprendidas de la acción humanitaria en la respuesta a desastres naturales de gran magnitud*. Madrid: IECAH.

Bass, S., Ramasamy, S., Dey de Pryck, J., & Battista, F. (2009). *Análisis de Sistemas de Gestión del Riesgo de Desastres: Una Guía*. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, División de Medio Ambiente, Cambio Climático y Bioenergía. Roma: FAO.

Ben Wisner, P. B. (2003). *At Risk: Natural hazards, people's vulnerability and disaster*. London: Routledge.

Benavides, L. (2009). El régimen internacional del "Nuevo Humanitarismo". *Relaciones Internacionales - UAM*, 107 - 124.

Blaikie, P. (2002). Vulnerability and disasters. In V. Desai, & R. B. Potter, *The Companion to development studies* (pp. 298-305). London: Hodder Arnold.

Büttner, M. (2008). *Concept Paper: Linking Relief, Rehabilitation and Development (LRRD)*. Berlin: GPPi.

Carballo, M. J. (2006). El debate sobre la VARD en desastres naturales. Nuevos conceptos: la gestión de riesgos. *Revista Española de Desarrollo y Cooperación número extraordinario*, 161-178.

Cavaletto, G. A. (2012). *El Terremoto de Haití 2010: Una evaluación de la respuesta humanitaria*. Santiago: Universidad de Chile Instituto de Estudios Internacionales.

CIA. (s.d.). *Central Intelligence Agency*. Obtido em 5 de 06 de 2015, de The World Factbook Haiti: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>

Collins, A. E. (2009). *Disaster and Development*. New York: Routledge.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

Comisión de las Comunidades Europeas. (2001). Evaluación de la vinculación entre la ayuda de emergencia, la rehabilitación y el desarrollo. *Comunicación de la Comisión al Consejo y al Parlamento Europeo*. Brussels: UE.

Dumont, M., Bergeron, E., & Nommay, I. (Realizadores). (2014). *Haiti heute* [Filme].

European Commission Humanitarian Aid and Civil Protection DG (ECHO). (2010). *Prevention Web*. Obtido em 12 de 07 de 2015, de Haiti before the earthquake: <http://www.preventionweb.net/english/professional/publications/v.php?id=16057>

El Banco Mundial. (2015). *El Banco Mundial*. Obtido em 24 de Agosto de 2015, de Tasa de incidencia de la pobreza, sobre la base de la línea de pobreza nacional: <http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.NAHC/countries/HT?display=graph>

EM-DAT The International Disaster Database. (s.d.). *EM-DAT The International Disaster Database*. Obtido em 10 de 06 de 2015, de Total number of reported natural disasters: http://www.emdat.be/disaster_trends/index.html

Freitas, R. (2012). *Estudo sobre a ajuda humanatária e de emergência em Portugal*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.

FTS. (2010). *Haiti - Earthquakes -Total funding per donor*. NY: Financial Track services.

Fukuda-Parr, S. (2003). O paradigma do Desenvolvimento Humano: Operacionalizando as ideias de Sen sobre capacidades. *Feminist Economics* , 303-317.

Galán, M. G., & Perales, J. S. (1999). *El sistema internacional de cooperación al desarrollo: Una aproximación a sus actores e instrumentos*. Madrid: CIDEAL.

Georgieva, K. (2014). *Compreender as políticas da União Europeia: Ajuda humanitária e proteção civil*. Bruxelas: Comissão Europeia.

Global Humanitarian Assistance. (s.d.). *Global Humanitarian Assistance*. Obtido em 28 de 07 de 2015, de Haiti: <http://www.globalhumanitarianassistance.org/countryprofile/haiti#tab-humanitarian-response>

Government of the Republic of haiti. (2010). *Action Plan for National Recovery and Development of Haiti*. Port-au-Prince: Government of the Republic of Haiti.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

Grünewald, F., & Renaudin, B. (2010). *Real-time evaluation of the response to the Haiti earthquake of 12 January 2010*. Paris: URG.

Guha-Sapir, D., Hoyosi, P., & below, R. (2013). *Annual Disaster Statistical Review, The numbers and trends*. Belgica: Center for Research on the Epidemiology of Disaster (CRED).

Gutiérrez, J. (s.d.). *Desarrollo Sostenible*. Obtido em 20 de 06 de 2015, de Diccionario de Acción Humanitaria y Cooperación al Desarrollo:

<http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/69>

Humanitarian Communication Group. (2011). *Haiti Earthquake Response*. NY: OCHA.

IECAH. (16 de 1 de 2010). *IECAH*. Obtido em 29 de 7 de 2015, de Terremoto en Haiti:

<http://www.iecah.org/web/index.php?option=com>

[content&view=article&id=436:terremoto-en-haiti&catid=15:articulos&Itemid=9](http://www.iecah.org/web/index.php?option=com_content&view=article&id=436:terremoto-en-haiti&catid=15:articulos&Itemid=9)

IFRC. (s.d.). *International federation of Red Cross and Red Crescent Societies*. Obtido em 8 de 06 de 2015, de About disaster management: <https://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/about-disaster-management/>

Inside Disaster. (2011). *Inside Disaster Haiti*. Obtido em 28 de 07 de 2015, de Relief Challenges: <http://insidedisaster.com/haiti/response/relief-challenges>

Knox, R. (12 de Janeiro de 2015). 5 Years After Haiti's Earthquake, Where did the \$13.5 Billion Go? *NPR* .

López, N. (11 de Janeiro de 2013). *Haiti, tres años después...Todavía a la espera de la recuperación*. Obtido em 5 de 8 de 2015, de IECAH:

http://www.iecah.org/web/index.php?option=com_content&view=article&id=2149:haiti-tres-anos-despues-todavia-a-la-espera-de-la-recuperacion-&catid=15:articulos&Itemid=9

MAEC. (Fevereiro de 2015). *Oficina de Información Diplomática*. Obtido em 05 de 06 de 2015, de Ficha de país República de Haití:

http://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/HAITI_FICHA%20PAIS.pdf

Manslow, B. (2002). Complex emergencies and development. In V. Desai, & R. B. Potter, *The companion to development studies* (pp. 444-448). London: Hodder Arnold.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

Marcos, F. R. (1999). Ayuda humanitaria y cooperación para el desarrollo en situaciones de conflicto: ante todo no dañar. *Revista Worldwatch* .

Marcos, F. R., Arcas, I., Gonzalez, V., Perez de Armiño, K., Nuñez, J., Grunewald, F., et al. (2010). *La vinculación entre ayuda de emergencia, rehabilitación y desarrollo. Estado de situación a nivel internacional y aportaciones para la formulación de una política de la oficina de acción humanitaria*. Madrid: IECAH.

Martin, R. D. (2014). *Information management in disaster and development: Geographic Information Systems*. Lisboa: Documento de Trabalho do CESA, WP nº 125.

Morazán, P., Grünewald , F., Knoke, I., & Schäfer, T. (2012). *Strengthening LRRD in the EUs Financing Instruments*. Brussels: European Union.

Mosel, I., & Levine, S. (2014). *Remaking the case for linking relief, rehabilitation and development - How LRRD can become a practically useful concept for assistance in difficult places*. London: HPG.

Nhattacharjee, A., & Lossio, R. (2011). *Evaluation of OCHA Response to the Haiti Earthquake*. NY: OCHA.

OCDE. (Novembro de 2008). *Is it ODA?* Obtido em 26 de 05 de 2015, de Factsheet: <http://www.oecd.org/investment/stats/34086975.pdf>

OIM. (Junho de 2015). *Displacement Tracking Matrix*. Obtido em 23 de Agosto de 2015, de DTM Haiti: <http://iomhaitidataportal.info/dtm/index2.aspx>

OIM. (Janeiro de 2015). *International Organization for Migration*. Obtido em 24 de Agosto de 2015, de Five Years After 2010 Earthquake, Thousands of Haitians Remain Displaced: <http://haiti.iom.int/five-years-after-2010-earthquake-thousands-haitians-remain-displaced>

OSE. (2011). *Has Aid Changed? Channelling assistance to Haiti before and after the earthquake*. NY: Office of the Special Envoy for Haiti.

Parrotta, A. C. (2013). Catástrofes y desarrollo humano. *margen70* , 1-4.

Pérez-Foguet, A., Rey Marcos, F., & de Currea-Lugo, V. (2006). *Derecho humanitario y ayuda de emergencia*. . Barcelona: Ingenieria Sin Fronteras.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

PNUD. (1990). *Informe sobre Desarrollo Humano*. NY: United Nations.

PNUD. (2004). *Un Informe Mundial. La Reducción de Riesgo de Desastres: Un Desafío para el Desarrollo*. NY: United Nations.

PNUD. (2009). *Informe sobre Desarrollo Humano 2009 - Superando barreras: Movilidad y desarrollo humano*. NY: United Nations.

PNUD. (2014). *Informe sobre Desarrollo Humano 2014 - Sostener el progreso humano: Reducir vulnerabilidades y construir resiliencias*. NY: United Nations.

PNUD. (2015). *PNUD*. Obtido em 29 de Agosto de 2015, de Haití: de la recuperación al desarrollo sostenible: http://www.undp.org/content/undp/es/home/ourwork/our-projects-and-initiatives/crisis_in_haiti.html

Polastro, R. (2008). Las intervenciones de emergencia con enfoque de desarrollo: el vínculo entre la emergencia, la rehabilitación y el desarrollo (VARD). *Perspectivas em Políticas Públicas* , 157-178.

Prokop, M., Meirik, P., & Carballo, M. (2000). *Linking Relief to Development - Concept Paper*. Geneve: Internation Centre for Migration and Health.

Ramet, V. (2012). *Policy Briefing - Linking relief, rehabilitation and development: Towards more effective aid*. Brussels: European Union.

Ramírez, P. S. (2006). La vinculación asistencia humanitaria-desarrollo: puntos de encuentro y desencuentro en un mundo "unipolar". *Revista Española de Desarrollo y Cooperación número extraordinario* , 11-26.

Rencoret, N., Stoddard, A., Haver, K., Taylor, G., & Harvey, P. (2010). *Haiti Earthquake Response- Context Analysis*. London: ALNAP.

Sen, A. (2000). *Desarrollo y Libertad*. Buenos Aires: Planeta.

Sphere Project. (2011). *Carta Humanitaria y normas mínimas para la respuesta humanitaria*. Obtido em 26 de 06 de 2015, de Sphere Project: <http://www.spherehandbook.org/es/>

Swiss Red Cross. (2012). *Concept Disaster Management* . Berne: SRC.

Ligação entre a ajuda humanitária e de emergência, a reabilitação e o desenvolvimento (LRRD).
O caso do Haiti.

Trasberg, M. (2012). *La cooperación internacional en la reconstrucción de Haití: un acercamiento desde la perspectiva de la eficacia de la ayuda*. Salamanca: Instituto de Iberoamérica.

UN Peacekeeping. (s.d.). *MINUSTAH*. Obtido em 23 de 07 de 2015, de Establecimiento de un entorno seguro y estable: <http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/minustah/>

UN Office of the Resident and Humanitarian Coordination. (2015). *Haiti Transitional Appeal 2015-2016*. Port-Au-Prince: UN.

UNISDR. (2004). *Vivir con el riesgo: Informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres*. Nueva York y Ginebra: Naciones Unidas.

UNISDR. (2007). *Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building the Resilience of Nations and Communities to Disaster" Extract from the final report of the World Conference on Disaster Reduction (A/CONF.206/6)*. Geneva: UNISDR.

UNISDR. (30 de Agosto de 2007). *The United Nations Office for Disaster Risk Reduction*. Obtido em 27 de 05 de 2015, de Terminología sobre Reducción del Riesgo de Desastres: <http://www.unisdr.org/we/inform/terminology#letter-h>

VENRO. (2006). *Linkinf relief, rehabilitation and development - Approaches and financing instruments to improve the transition between relief, rehabilitation and development co-operation*. Bonn: VENRO.

VOICE & CONCORD. (2012). *Linking Relief Rehabilitation and Development (LRRD): Towards a more joined up approach enhancing resilience and impact*. Brussels: VOICE & CONCORD.

Zabalgogezkoa, A. (2011). Haiti: la ayuda humanitaria internacional a examen. *Estudios de Política Exterior n°138* .